

Regulamento n.º 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação no Luxemburgo

Isabel Maria de Oliveira Henriques

isabelmohenriques@gmail.com

Mestranda em Contabilidade - Ramo Auditoria
Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
Telefone 234 380 110 Fax 234 380 111
Apartado 58
3811-953 Aveiro
Portugal

Graça Maria do Carmo Azevedo

graca.azevedo@ua.pt

Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
Telefone 234 380 110 Fax 234 380 111
Apartado 58
3811-953 Aveiro
Portugal

Alberto Jorge Daniel Resende Costa

alberto.costa@ua.pt

Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro
Telefone 234 380 110 Fax 234 380 111
Apartado 58
3811-953 Aveiro
Portugal

Área Temática: Informação Financeira e Normalização Contabilística

Palavras-chave: Luxembourg GAAP; IAS/IFRS; Regulamento 1606/2002/CE; Índice LuxX

Regulamento n.º 1606/2002/CE: impactos declarados pelas empresas com valores admitidos à negociação no Luxemburgo

Resumo

O Luxemburgo, tal como tantos outros países da União Europeia transpôs, a 1 de Janeiro de 2005, para a sua lei o Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, através da Lei de 16 Março de 2006. A adopção das normas internacionais provocou diversas alterações no sistema contabilístico Luxemburguês, muitas delas devido à escassa normalização de que é provido o país.

O presente *paper* tem como objectivo analisar qualitativamente a transição das Lux GAAP para as IAS/IFRS nas contas das empresas com valores admitidos à negociação no índice LuxX. É também nosso objectivo analisar o impacto das IAS/IFRS na divulgação da informação financeira.

Para o efeito efectuamos uma análise descritiva às rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados. Da análise efectuada verificamos que a rendibilidade dos capitais próprios apresenta uma variação negativa, contrariamente aos rácios de liquidez que apresentam uma variação positiva.

No que diz respeito ao impacto das IAS/IFRS na divulgação da informação concluímos que as empresas apresentam uma elevada melhoria com a adopção das IAS/IFRS, devido à escassez de regulação contabilística do Luxemburgo em determinadas matérias.

Palavras-Chave: Luxembourg GAAP; IAS/IFRS; Regulamento 1606/2002/CE; Índice LuxX

Introdução

Face à importância das normas internacionais de contabilidade, com especial atenção à adopção do Regulamento 1606/2002/CE na União Europeia (EU), percebemos o quanto era importante, e também oportuno, desenvolver um estudo que possibilitasse conhecer os acontecimentos e impactos que ocorreram no momento da transição para as *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) nas contas consolidadas das empresas com valores mobiliários admitidos à negociação na *Luxembourg Stock Exchange* (LSEX).

Esta necessidade é patente tanto no Luxemburgo como em toda a UE devido à evolução da globalização da economia e o consequente desenvolvimento dos mercados de capitais. A aquisição de empresas estrangeiras, assim como as importações e exportações, impulsionaram uma mudança contabilística internacional.

Neste sentido, a União Europeia adaptou as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) através do Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 e consagrou a aplicação na EU das normas internacionais de contabilidade. Estas normas passam, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a ser obrigatoriamente aplicadas nas contas consolidadas das sociedades com valores admitidos à cotação num mercado regulamentado de qualquer Estado membro. O Estados membros podem também autorizar ou obrigar estas empresas a aplicar este às suas contas anuais ou a sociedades sem valores cotados.

Revisão da Literatura

Vários são os autores que já fizeram estudos sobre a transição para as IAS/IFRS, com o objectivo análogo ao nosso trabalho, ou seja, descrevendo todo o processo de transição e suas implicações nas Demonstrações Financeiras. A maior parte dos estudos procura avaliar os impactos sofridos nos resultados, activos, passivos e nos capitais próprios. Os estudos sobre impactos e informação derivada da adopção das IAS/IFRS têm aumentado, por toda a União Europeia.

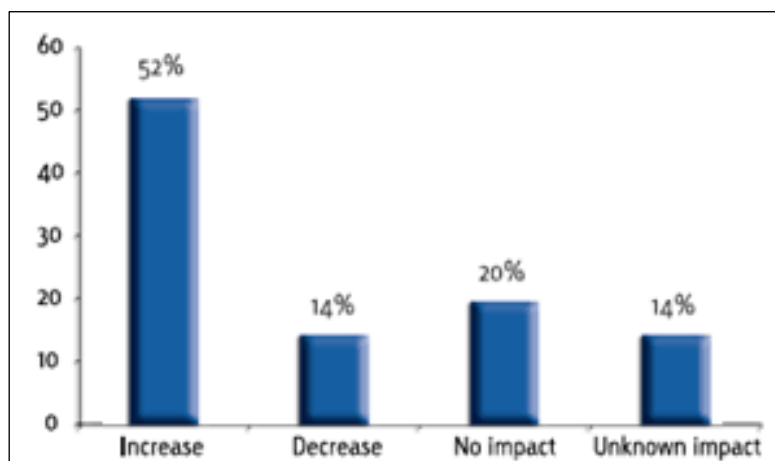
Relativamente aos impactos que as empresas com valores admitidos à negociação no Luxemburgo apresentaram aquando da adopção das IAS/IFRS, Mazars (2005)

efectuou um estudo onde analisou os impactos quantitativos e qualitativos por parte das empresas luxemburguesas e belgas com valores admitidos à negociação na Bolsa de Valores. A sua análise direccionou-se também para a verificação da prontidão que as empresas apresentaram para a adopção das normas internacionais de contabilidade. O autor concluiu que:

- Quatro em cada cinco empresas estavam preparadas para a adopção das IAS/IFRS, contudo, apenas 79% destas elaboraram o Balanço de abertura segundo as normas internacionais.
- A adopção das IAS/IFRS acarretam custos, mais significativos para umas empresas e menos para outras. No que se refere às empresas em causa, 60% afirmam que os custos associados à adopção são significativos¹.
- Face à recomendação do Committee of European Securities Regulators (CESR), no que respeita à divulgação de informação quantitativa nas demonstrações financeiras de 2004, apenas 64% das empresas procederam à divulgação relativa ao impacto da adopção das normas na sua informação financeira.

Pela análise da Figura 1 – “Divulgação do Impacto da Adopção das IAS/IFRS”, verificamos que os capitais próprios aumentam ou diminuem face à variação que sofrem diversas rubricas das Demonstrações Financeiras

Figura 1 - Divulgação do Impacto da Adopção das IAS/IFRS



Fonte: Mazars (2005:11)

¹ A adopção das IAS/IFRS podem acarretar custos por exemplo: de formação dos trabalhadores e da adaptação de software.

Tanto no Luxemburgo como na Bélgica as rubricas que tiveram impacto mais acentuado foram os instrumentos financeiros, o imobilizado e as pensões. A adopção das IAS/IFRS proporciona uma maior transparência das Demonstrações Financeiras, logo uma maior comparabilidade entre empresas. Contudo, apenas 39% das empresas acreditam na crescente transparência e 45% no aumento da comparabilidade.

Estudo análogo foi desenvolvido pelo Institut de Formation de la Chambre de Commerce (IFCC) (2008), com o objectivo de apresentar as modificações sofridas no normativo contabilístico luxemburguês com a adopção das normas internacionais de contabilidade e os impactos sofridos no momento da transição. Agrupam as modificações relativas à lei contabilística, às contas anuais e às modificações sofridas no direito das sociedades. Apresentam também as evoluções que as mesmas foram alvo, face à evolução contabilística sentida no âmbito internacional. Assim, analisam a transposição das novas directivas e regulamentos europeus, as novas políticas de redução de encargos administrativos e de convergência das normas contabilísticas impostas pela Comissão Europeia.

As conclusões do estudo são: as empresas são obrigadas a proceder ao depósito, arquivo e acessibilidade das contas elaboradas segundo as IAS/IFRS (Lei de 11 de Janeiro de 2008). Todas as empresas, qualquer que seja o sector de actividade, a partir de 1 de Janeiro de 2007, são obrigadas a apresentar informação de ordem qualitativa e quantitativa sobre os instrumentos financeiros (IAS 32 “Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação”); contudo, existem grandes dificuldades porque a qualidade da informação é diversa, varia bastante de empresa para empresa, com mais ênfase para as empresas não financeiras, que não dispõem de algumas informações necessárias a apresentar.

A IAS 14, “Relato por Segmentos”, é introduzida na lei luxemburguesa com o objectivo de fornecer informação por sector de actividade, sendo uma norma direccionada para as empresas cotadas. Na IAS 1, “Apresentação de Demonstrações Financeiras” o principal impacto deve-se à elaboração de duas Demonstrações Financeiras não exigidas pelas Lux GAAP, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, na IAS 32, “Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação”, os principais impactos são nos fundos de investimento, porque passam a ser contabilizados ao justo valor, suspendendo a contabilização pelo custo histórico ou custo de mercado. A IFRS 3, “Concentrações de Actividades

Empresariais”, e a IAS 27, “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas”, têm como objectivo melhorar a transparência, comparabilidade das aquisições e simplificação do tratamento das aquisições por etapas. No caso de deixar de exercer controlo efectua-se a avaliação pelo justo valor da atribuição de rendimentos, sendo que, os custos de aquisição são contabilizados directamente como um custo.

Em jeito de conclusão, o Luxemburgo face à inexistência de normas específicas reguladoras dos Instrumentos Financeiros, dos Relatos por Segmentos, das Demonstrações Financeiras e das Concentrações de Actividades Empresariais teve a necessidade de transpor para o seu normativo contabilístico as normas acima citadas impostas pela Comissão Europeia.

Ainda no contexto de estudos e publicações de diversos autores, realçamos a publicação denominada “*Brief History of Financial Reporting in the Grand Duchy of Luxembourg*” (Benson *et al.*, 2002: 8) onde se refere que não existem regras específicas que requeriam divulgações de:

- “Uma primeira Demonstração de Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Inventários avaliados pelo LIFO;
- Justo valor dos activos e passivos financeiros;
- Justo valor dos investimentos em propriedades;
- Operações descontinuadas;
- Relato por segmentos; e
- Ganho por acções”.

A contabilização dos activos e passivos no Luxemburgo, pode ser diferente das IAS/IFRS, devido à ausência de normas específicas de tratamento contabilístico das rubricas em análise no presente estudo.

Publicação idêntica foi efectuada por “GAAP 2000 - A Survey of National Accounting rules in 53 countries” (BDO *et al.*, 2000), em que abordam a existência e as lacunas das normas em 53 países, nomeadamente no Luxemburgo. Referem quais as rubricas que não têm regras específicas para a divulgação e as rubricas que podem ter diferente tratamento entre as Lux GAAP e as IAS/IFRS, devido à ausência de normas específicas de tratamento contabilístico. Esta publicação analisa também quais as rubricas (áreas) afectadas pelas inconsistências entre as Lux GAAP e as

IAS/IFRS. As áreas que podem ser afectadas são as seguintes (BDO *et al.*, 2000: 67-68):

- Certas filiais com actividades podem ser excluídas da consolidação;
- Certas combinações de negócio podem ser contabilizadas individualmente, mesmo quando um adquirente pode ser identificado;
- Disposições no contexto de uma concentração de actividades empresariais podem ser feitas sob condições menos rigorosas;
- As despesas, tais como despesas pré-operacionais, custos de formação, publicidade e outros custos, podem ser capitalizadas;
- *Goodwill* pode ser imediatamente deduzido;
- O método do contrato completado, pode ser utilizado para o reconhecimento dos proveitos resultantes dos contratos de construção;
- As provisões eram reconhecidas em momento anterior quando tratadas pelas LuxGAAP;
- Acções próprias são apresentadas como activos, os ganhos e perdas na alienação são reconhecidos no resultado;
- Itens extraordinários são definidos mais amplamente;
- Custos de investigação podem ser capitalizados; e
- Os instrumentos financeiros do emitente são contabilizados segundo a sua forma jurídica e não podem ser classificados em função da substância, os instrumentos compostos não são divididos.

Em 2001 foi efectuado o mesmo estudo (BDO, 2001) e acrescentaram algumas rubricas/áreas para as quais existia ausência de regras e normas específicas, ou seja, o desreconhecimento dos activos financeiros, a contabilização dos produtos derivados e o justo valor das propriedades de investimento. Por fim, a área em que existe inconsistência entre as normas luxemburguesas e as IAS/IFRS é ao nível do justo valor, ou seja, a aquisição e reexpressão de activos e passivos adquiridos ao justo valor pode ser limitado ao montante da diferença da primeira consolidação (ou seja, o *goodwill* antes da atribuição ao exercício). É possível evitar assim a criação ou o aumento do *goodwill* negativo. Os activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros derivados não são reconhecidos pelo justo valor segundo as Lux GAAP; os custos de inventário podem incluir despesas gerais para além das de produção, segundo a contabilização das IAS/IFRS e os inventários devem ser reconhecidos pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que a modificação mais notória no seio da contabilidade do Luxemburgo foi a contabilização pelo justo valor. Ou seja, com a transposição da Directiva 2001/65/CE – “Justo Valor”, as empresas adoptam o justo valor como forma de valorizar os instrumentos financeiros, mantendo a valorização das imobilizações financeiras pelo custo histórico. Também os fundos de investimento passam a ser valorizados pelo justo valor com a transposição da Directiva 2003/51/CE.

Estudos relacionados com o mesmo tema, focados noutros países foram também analisados, com o intuito comparativo e que vamos analisar neste trabalho. Neste sentido, a Bélgica foi alvo de investigação por parte de Jermakowikz (2004), que analisou os efeitos da adopção das IAS/IFRS nas empresas belgas e conclui que a implementação é efectuada mas com falta de conhecimento das normas internacionais e pouco compreendidas.

O Reino Unido foi igualmente objecto de estudo. Aisbitt (2006) examinou os capitais próprios das maiores empresas do Reino Unido na transição para as IAS/IFRS. O autor chegou à conclusão que os capitais próprios quando analisados globalmente não apresentam variações relevantes, no entanto, devemos ter atenção na análise individual de certos itens do capital próprio.

Callao *et al.* (2007) tiveram por objectivo avaliar a comparabilidade e a relevância do relato financeiro em Espanha. Concluíram, pelos resultados obtidos no estudo, que a comparabilidade local se danificou com a adopção das normas internacionais de contabilidade e no que se refere à relevância, os autores referem que não houve aumento da relevância da informação financeira na adopção das IAS/IFRS quando nos referimos aos mercados de capitais, provocado pela diferença entre o valor de mercado e contabilístico, que é superior na informação financeira elaborada segundo as IAS/IFRS.

Lopes e Viana (2008) elaboraram análises qualitativas e quantitativas dos efeitos da transição de normativo, nas empresas portuguesas, com valores cotados na *Euronext*. Concluíram que a comparabilidade, relevância e compreensibilidade, objectivos das normas internacionais de contabilidade, não foram alcançados. Da análise quantitativa, referem que as rubricas com maior impacto, são os activos intangíveis, o *goodwill* e os instrumentos financeiros.

Dos estudos efectuados podemos verificar a unanimidade dos autores quando apresentam como um dos principais impactos da adopção das IAS/IFRS, a contabilização dos instrumentos financeiros, que deixam de ser contabilizados pelo custo histórico passando a ser contabilizado pelo justo valor. Podemos concluir, que a ausência de normas específicas reguladoras de diversas temáticas por parte do Luxemburgo, leva a um maior impacto.

OBJECTIVOS E METODOLOGIA

O nosso trabalho tem como objectivo analisar a diferença entre o tratamento contabilístico das Luxembourg Generally Accepted Accounting Principles (Lux GAAP) e das IAS/IFRS, Identificando os principais impactos nas Demonstrações Financeiras das entidades com valores cotados no índice LuxX, no momento da transição, para as IAS/IFRS, bem como os efeitos desta adopção. Para isso, efectuámos uma análise quantitativa da transição das Lux GAAP para as IFRS em diferentes rubricas, bem como nos resultados, nos activos, passivos, capital, custos e proveitos;

Relativamente à metodologia utilizada para a análise dos dados recolhidos, o trabalho segue uma linha conceptual, ou seja, examina, estuda e compara os princípios das normas internacionais de contabilidade e das normas luxemburguesas, obtendo as grandes diferenças entre os dois normativos. Utilizamos ainda o método descritivo na justificação das diferenças encontradas entre as Lux GAAP e as IAS/IFRS, pois a análise de ambos os normativos servirão de justificação às conclusões obtidas.

No tratamento de dados é efectuada uma análise quantitativa, que visa a avaliação e quantificação dos resultados obtidos. A análise quantitativa é sustentada pela análise qualitativa que visa a justificação de todo o processo, ou seja, uma análise mais profunda das razões que levaram aos valores numéricos obtidos na investigação.

Relativamente à análise quantitativa, foi adoptada a análise descritiva dos dados recolhidos, com base nas contas anuais elaboradas segundo as IAS/IFRS e com as contas elaboradas pelas LuxGAAP, de forma a verificar as diferenças entre os dois normativos.

Um segundo objectivo deste trabalho é analisar o impacto das Normas Internacionais de Contabilidade na divulgação da informação. Na abordagem a este segundo

objectivo, seguiremos um conjunto de questões, apresentadas ao longo do subtítulo independente.

AMOSTRA

A amostra foi extraída de uma pequena população, ou seja, a amostra foi constituída por cinco das dez empresas que constituem o índice LuxX a 01 de Janeiro de 2005. O índice é o ponto de partida para o nosso estudo, pois são as empresas que pertencem ao referido índice que serão alvo da nossa atenção. As empresas são apresentadas na Tabela 1 – “Actividade das empresas”, segundo a sua actividade principal.

Tabela 1 - Actividade das empresas

Empresa	Actividade
Arcelor Mittal Luxembourg	Siderurgia
BIP Investment Partners, S.A.	Investimento
Cegedel, S.A.	Electricidade
Luxempart, S.A.	Investimento
SES Global	Telecomunicações

Fonte: Elaboração Própria

Na selecção da amostra excluímos empresas seguradoras, financeiras e aquelas que adoptaram as normas antes de 01 de Janeiro de 2005.

ANÁLISE DA ADOÇÃO DAS IAS/IFRS NAS EMPRESAS COM VALORES ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO NA BOLSA DE VALORES DO LUXEMBURGO

A análise da adopção das IAS/IFRS nas empresas com valores admitidos à negociação na Bolsa de Valores do Luxemburgo é desenvolvida em função das classes do Balanço e dos resultados da Demonstração de Resultados.

Antes de avançar na análise, apresentamos na Tabela 2 – Constituição das Classes Utilizadas na Análise Descritiva, onde podemos verificar quais as rubricas que constituem as classes de activos e passivos e capitais, alvo da nossa análise.

Tabela 2 - Constituição das Classes Utilizadas na Análise Descritiva

Classes	Rubricas
Total dos Activos não correntes	Activos fixos tangíveis Activos intangíveis Propriedades de investimento Goodwill Activos por impostos diferidos Outros activos não correntes
Total dos activos correntes	Inventários Dividas de terceiros Disponibilidades Outros activos correntes
Total do capital próprio	Capital e prémios de emissão Excedentes de revalorização Reservas e resultados transitados Resultado liquido do exercicio Interesses minoritarios Outras rubricas de capital proprio
Total de passivos não correntes	Provisões Dividas a terceiros não correntes Financiamentos obtidos não correntes Passivos por impostos diferidos
Total de passivos correntes	Outros passivos não correntes Dividas a terceiros correntes Financiamentos obtidos correntes Outros passivos correntes

As estatísticas descritivas relativas aos totais dos activos, passivos e capitais próprios e rubricas de balanço, segundo as Lux GAAP e as IAS/IFRS, são apresentadas na tabela n.º 3 apresentada de seguida.

Tabela 3 - Impactos nos Totais do Balanço

		Total	Percentagem	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Total dos Activos Correntes	IFRS	17.005,38	43%	3.401,08	21.640,00	850,30	83.281,00	198.036.506,81
	Lux GAAP	17.137,68	44%	3.427,54	40.463,00	970,90	87.521,00	197.352.987,06
Total dos Activos Não Correntes	IFRS	22.544,95	57%	4.508,99	355.106,00	6.064,20	461.682,00	168.638.213,16
	Lux GAAP	22.208,94	57%	4.441,79	276.230,00	6.003,80	384.528,00	170.244.709,60
Total dos Activos	IFRS	39.550,34		7.910,07	432.271,00	6.914,50	483.323,00	711.430.140,54
	Lux GAAP	39.269,67		7.853,93	321.024,00	6.974,70	472.050,00	715.426.384,33
Total dos Capitais Próprios	IFRS	16.902,70	75%	3.380,54	352.578,00	3.374,50	430.225,00	104.320.785,31
	Lux GAAP	16.877,07	75%	3.375,41	314.497,00	3.496,50	339.277,00	107.348.882,56
Total do Passivo Corrente	IFRS	11.599,29	51%	2.319,86	2.756,00	298,00	61.759,00	81.715.801,44
	Lux GAAP	11.807,07	52%	2.361,41	2.756,00	-	69.867,00	81.016.946,33
Total do Passivo Não Corrente	IFRS	12.248,55	54%	2.449,71	5.708,00	-	67.810,00	53.504.377,59
	Lux GAAP	11.938,98	53%	2.387,80	6.576,00	-	66.325,00	52.088.305,91
Total do Passivo	IFRS	22.681,45		4.536,29	6.006,00	2.756,00	129.570,00	271.076.909,48
	Lux GAAP	22.520,33		4.504,07	6.579,00	2.756,00	136.193,00	268.082.428,15
Recursos de Longo Prazo	IFRS	31.239,12		6.247,82	6.579,00	2.756,00	136.193,00	399.719.535,60
	Lux GAAP	30.937,70		6.187,54	6.579,00	2.756,00	136.193,00	402.813.236,59

Como se pode observar pela Tabela 3, o total do activo, o total do passivo, o total do capital próprio e os recursos de longo prazo aumentam com a reclassificação contabilística, ainda que percentualmente apresente impactos pouco significativos.

A composição dos activos não sofrem alterações, os activos correntes continuam a representar 43% e os activos não correntes 57% do total do activo. Os passivos correntes sofreram uma ligeira alteração. Os passivos correntes sofrem uma descida de 1% por contrapartida dos passivos não correntes que sobem 1% no total do Passivo (devido à reclassificação da rubrica Passivos por Impostos Diferidos).

No que toca às rubricas de resultados, apresentamos na Tabela 4 - Impactos nos Resultados em normativo Lux GAAP e IAS/IFRS.

Tabela 4 - Impactos nos Resultados

		Totais	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Resultados Operacionais	IFRS	5.170,94	1.034,19	56,73	0,21	3.314,00	1.478,70
	lux GAAP	5.310,96	1.062,19	66,56	16,05	3.194,00	1.458,70
Resultados Correntes	IFRS	5.066,21	1.013,24	47,42	8,50	3.206,00	1.437,95
	lux GAAP	5.364,89	1.074,78	66,56	15,78	3.249,00	1.480,18
Resultado Líquido do Exercício	IFRS	3.142,72	628,56	47,42	20,10	2.693,00	1.161,59
	lux GAAP	3.039,61	607,90	51,86	20,16	2.717,00	1.182,24

Da análise da Tabela 16 verificamos que os Resultados Operacionais e Correntes sofreram uma diminuição, no entanto, o Resultado Líquido apresentou uma subida. Os impactos nos resultados devem-se em parte à reclassificação das Despesas de

Investigação e Desenvolvimento como custo do exercício e à mudança de método de consolidação.

Achamos também conveniente analisar os impactos ocorridos nos rácios de rentabilidade, liquidez (Situação Financeira) e de estrutura. Para o efeito apresentamos na Tabela 5 o “Impacto nos Rácios de Liquidez e Rentabilidade”, englobando os rácios calculados segundo as Lux GAAP e as IFRS, de forma a permitir a sua confrontação e comparação.

Segundo Neves (2007), a técnica estabelecida pelos analistas financeiros consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamento de contas do Balanço e de Demonstrações de Resultados entre outras grandezas económico-financeiras. Desde já, podemos verificar que os impactos sofridos nas rubricas individualmente não afectaram em grande proporção os resultados das empresas.

Tabela 5 - Impacto nos Rácios de Liquidez e Rentabilidade

		Arcelor Mittal	BIP Investment	Cegedel	Luxempart	SES Global	Total	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Liquidez Geral	IFRS	1,54	-	0,13	72,62	1,43	75,72	15,14	1,43	-	72,62	32,14
(Activo Corrente/Passivo Corrente)	Lux GAAP	1,54	-	0,13	-	1,35	3,01	0,60	0,13	-	1,54	0,77
Liquidez Reduzida	IFRS	0,75	-	112,91	72.617,45	0,89	72.732,00	14.546,40	0,89	-	72.617,45	32.462,74
[(Dívidas de Terceiros+Disponibilidades)/Passivo Corrente]	Lux GAAP	0,75	-	90,32	-	0,87	91,94	18,39	0,75	-	90,32	40,21
Liquidez Imediata	IFRS	0,39	-	38,87	58.651,01	0,64	58.690,90	11.738,18	0,64	-	58.651,01	26.225,07
(Disponibilidades/Passivo Corrente)	Lux GAAP	0,39	-	34,36	-	0,64	35,38	7,08	0,39	-	34,36	15,25
Solvabilidade	IFRS	1,64	1.568,47	3,72	804,73	1,95	2.380,52	476,10	3,72	1,64	1.568,47	702,55
(Activo Total/Passivo Total)	Lux GAAP	1,65	1.241,05	3,01	487,95	2,01	1.735,67	347,13	3,01	1,65	1.241,05	542,17
Debt-to-Equity	IFRS	1,55	0,00	0,37	0,00	1,05	2,97	0,59	0,37	0,00	1,55	0,69
(Passivo Total/Capital Próprio)	Lux GAAP	1,53	0,00	0,33	0,00	0,99	2,86	0,57	0,33	0,00	1,53	0,67
ROA (Resultados Operacionais)	IFRS	0,11	86,51	117,64	0,44	0,25	204,94	40,99	0,44	0,11	117,64	56,84
(Resultados Operacionais/ Activo Total)	Lux GAAP	0,10	194,59	118,21	5,00	0,28	318,19	63,64	5,00	0,10	194,59	88,90
ROA (Resultados Correntes)	IFRS	0,10	86,51	98,33	17,59	0,26	202,78	40,56	17,59	0,10	98,33	48,05
(Resultados Correntes/ Activo Total)	Lux GAAP	0,10	194,59	118,21	4,92	0,29	318,10	63,62	4,92	0,10	194,59	88,92
ROE (Resultados Correntes)	IFRS	0,26	79,34	134,49	17,81	0,52	232,43	46,49	17,81	0,26	134,49	58,94
(Resultado Corrente/Capital Próprio)	Lux GAAP	0,26	196,17	118,25	5,02	0,57	320,27	64,05	5,02	0,26	196,17	89,41
ROE (Resultado Líquido)	IFRS	0,22	59,41	134,49	42,14	0,10	236,36	47,27	42,14	0,10	134,49	55,27
(Resultado Líquido/Capital Próprio)	Lux GAAP	0,22	123,19	50,27	64,09	0,07	237,83	47,57	50,27	0,07	123,19	51,23

Fonte: Elaboração Própria

O Return on Equity (ROE) (RL) e o ROE (RC) apresentam uma variação negativa quando reclassificado para o normativo internacional. Mas quando analisamos os rácios de liquidez, as empresas apresentam uma imagem mais favorável do que aquela que apresentavam quando elaboravam as demonstrações financeiras pelo

normativo nacional. Face à existência de *outliers*,² a imagem transposta nesta tabela está sobrevalorizada no que respeita à sua liquidez, isto porque a empresa Luxempart, S.A. apresenta uma elevada capacidade de honrar os seus compromissos e quando analisada num grupo de empresas eleva os valores médios. No que respeita ao rácio de solvabilidade este tem uma média superior quando as demonstrações financeiras são elaboradas segundo as IAS/IFRS, porque apesar de ambas as rubricas apresentarem subidas com a reclassificação de contas o activo apresentou uma maior subida. Esta subida pode ser devido à reavaliação de activos fixos tangíveis.

Para a análise da estrutura da empresa, utilizamos os rácios *Debt to Equity*, ROA (Resultados Operacionais) e ROA (Resultados Correntes). Os três rácios apresentam uma descida com a elaboração das IAS/IFRS.

De seguida na Tabela 6, apresentamos a variação do desvio padrão, calculadas segundo as normas luxemburguesas e as normas internacionais.

Tabela 6 - Análise do Desvio Padrão

² Um *outlier* é uma observação que sendo atípica e/ou errada desvia-se decididamente do comportamento geral dos dados experimentais em relação aos critérios que devem ser analisados com ele. Garcia et al.(1990) pág. 217

Rubrica / Rácio	Normativo	Desvio Padrão	Rubrica / Rácio	Normativo	Desvio Padrão
Total dos Activos Correntes	IFRS	198.036.506,81	Liquidez Geral	IFRS	32,14
	Lux GAAP	197.352.987,06	(Activo Corrente/Passivo Corrente)	Lux GAAP	0,77
Total dos Activos Não Correntes	IFRS	168.638.213,16	Liquidez Reduzida [(Dívidas de Terceiros+Disponibilidades)/ Passivo Corrente]	IFRS	32.462,74
	Lux GAAP	170.244.709,60		Lux GAAP	40,21
Total dos Activos	IFRS	711.430.140,54	Liquidez Imediata	IFRS	26.225,07
	Lux GAAP	715.426.384,33	(Disponibilidades/Passivo Corrente)	Lux GAAP	15,25
Total dos Capitais Próprios	IFRS	104.320.785,31	Solabilidade (Activo Total/Passivo Total)	IFRS	702,55
	Lux GAAP	107.348.882,56		Lux GAAP	542,17
Total do Passivo Corrente	IFRS	81.715.801,44	Debt-to-Equity	IFRS	0,69
	Lux GAAP	81.016.946,33	(Passivo Total/Capital Próprio)	Lux GAAP	0,67
Total do Passivo Não Corrente	IFRS	53.504.377,59	ROA (Resultados Operacionais) (Resultados Operacionais/ Activo Total)	IFRS	56,84
	Lux GAAP	52.088.305,91		Lux GAAP	88,90
Total do Passivo	IFRS	271.076.909,48	ROA (Resultados Correntes)	IFRS	48,05
	Lux GAAP	268.082.428,15	(Resultados Correntes/Activo Total)	Lux GAAP	88,92
Recursos de Longo prazo	IFRS	399.719.535,60	ROE (Resultados Correntes) (Resultado Corrente/Capital Próprio)	IFRS	58,94
	Lux GAAP	402.813.236,59		Lux GAAP	89,41
Resultados Operacionais	IFRS	1.478,70	ROE (Resultado Líquido)	IFRS	55,27
	Lux GAAP	1.458,70	(Resultado Líquido/Capital Próprio)	Lux GAAP	51,23
Resultados Correntes	IFRS	1.437,95			
	Lux GAAP	1.480,18			

Pela análise do desvio padrão apresentado na Tabela 6, verificamos que a nossa amostra apresenta valores muito elevados, e que nos leva a concluir que temos uma variabilidade de dados muito elevada. Compreende-se pois as diferenças verificadas entre a média e a mediana, uma vez que a média é muito influenciada pelos *outliers*,³ isto é, a média é muito sensível aos desvios de comportamentos dos dados.

A presença de *outliers* na nossa amostra é constante, visto que umas empresas têm volumes de activos, passivos e capitais próprios muito elevados e outras têm valores reduzidos. Uma análise aos quadros apresentados, leva-nos a verificar que todas as empresas apresentam capitais próprios e resultados positivos, logo todos os rácios, mesmo afectados pela presença de *outliers*, estão em conformidade com a análise efectuada a cada rácio e indicador.

³ Um *outlier* é uma observação que sendo atípica e/ou errada desvia-se decididamente do comportamento geral dos dados experimentais em relação aos critérios que devem ser analisados com ele. Garcia et al.(1990) pág. 217

A comparação entre normativos quando efectuada no âmbito individual das empresas não apresenta variações significativas apesar da escassez de legislação no Luxemburgo em determinadas matérias. Verificamos que as empresas antes da adopção das IAS/IFRS através da aplicação do Regulamento 1606/2002 já se socorriam das normas internacionais, o que origina poucas divergências no momento da transição. Já no que toca à análise das empresas agrupadas por rubrica, encontramos desvios mais elevados resultantes da composição dos activos, passivos e capitais próprios das empresas analisadas. Vejamos o exemplo: a empresa Arcelor Mittal apresenta um total de activo pelas IAS/IFRS de 31.238,00 milhões de euros enquanto a empresa BIP Investment Partners, S.A. apresenta 432,30 milhões de euros de activo, representando 78,98% e 1% do total de activos, respectivamente.

IMPACTO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com o segundo objectivo proposto, começamos por responder às questões: “Será que todas as empresas se interessam por divulgar a informação necessária à percepção do impacto das IAS/IFRS nas suas Demonstrações Financeiras, durante o período que antecede a sua adopção?” e “O nível de divulgação sobre o processo de transição para as IAS/IFRS aumenta com a dimensão das empresas?” Podemos concluir que, toda a amostra divulgou os impactos, mas devido às diferenças existentes entre cada empresa, o nível de divulgação é diferente e o proveito obtido da divulgação é diferente.

Das questões “O nível de divulgação sobre o processo de transição para as IAS/IFRS está relacionado com o sector de actividade das empresas?” e “O nível de divulgação sobre o processo de transição para as IAS/IFRS está relacionado com o endividamento das empresas ou com a rentabilidade?” podemos concluir que o relacionamento da divulgação com o grau de endividamento foi também tratado, não obtendo conclusão directa com a análise efectuada. Apenas se conclui que as empresas que apresentaram um elevado endividamento segundo as Lux GAAP, diminuíram o seu valor com a reclassificação de contas para o novo normativo.

Por fim, tentamos responder a uma última questão: “A adopção das IAS/IFRS afecta a competitividade das empresas, a comparabilidade e a qualidade da informação?” podemos concluir que a rentabilidade das empresas não apresenta variações

significativas. A comparabilidade e a compreensão, objectivo do Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 e ainda a competitividade, vão sofrer no nosso entender e depois de todas as análises efectuadas, uma elevada melhoria com a adopção das IAS/IFRS, devido à escassez de normativo do Luxemburgo.

CONCLUSÃO

Dos objectivos traçados no nosso trabalho, verificamos que da análise quantitativa da transição das Lux GAAP para as IFRS nas diferentes rubricas, bem como nos resultados, no total dos activos, passivos, capital, custos e proveitos, podemos concluir que as classes que sofrem aumento com a adopção das IAS/IFRS são: o Total do Activo, o Total do Passivo, o Total do Capital Próprio, os Activos não correntes, os Passivos não correntes, os recursos de longo prazo, o resultado líquido do Exercício, o rácio da Liquidez Geral, o rácio da Liquidez Reduzida, o rácio da Liquidez Imediata, o rácio da Solvabilidade e o rácio Debt-to-Equity.

Por contrapartida, as classes que sofreram uma diminuição com a adopção das IAS/IFRS são: os Activos Correntes, os Passivos Correntes, os Resultados Operacionais, os Resultados Correntes, o rácio ROA (Resultados Operacionais), o rácio ROA (Resultados Correntes), o rácio ROE (Resultados Correntes) e o rácio ROE (Resultado Líquido do Exercício).

As variações com que nos deparamos estão inteiramente relacionadas, isto é, os Activos correntes diminuem porque os impostos diferidos passam a ser contabilizados como activos não correntes. Situação análoga está patente nos passivos correntes e não correntes. Os resultados operacionais e correntes diminuem por força da reclassificação das despesas de investigação e desenvolvimento, da alteração dos métodos de consolidação e do método de avaliação dos activos fixos

Da verificação e comprovação dos impactos da transição decorrentes da aplicação das IAS/IFRS, podemos concluir que as empresas mesmo que de forma diferente divulgam os impactos da adopção das IAS/IFRS. No entanto, a verificação e comprovação dos impactos é efectuada com base nas Demonstrações Financeiras dos anos de comparação que serviram igualmente de base para a elaboração das tabelas resumo dos impactos sofridos pelas empresas da amostra.

Em relação ao segundo objectivo proposto, referente à informação financeira podemos concluir que toda a amostra divulgou os impactos, mas devido às diferenças existentes entre cada empresa, o nível de divulgação é diferente e o proveito obtido da divulgação é diferente. Podemos concluir também, que o relacionamento da divulgação com o grau de endividamento foi também tratado, não obtendo conclusão directa. Apenas se conclui que as empresas que apresentaram endividamento elevado segundo as Lux GAAP, diminuíram o grau de endividamento com a reclassificação de contas para o novo normativo. Por fim, podemos concluir que a rentabilidade das empresas não apresenta variações significativas. A comparabilidade e a compreensão, objectivo do Regulamento 1606/2002/CE e ainda a competitividade, vão sofrer no nosso entender e depois de todas as análises efectuadas, uma elevada melhoria com a adopção das IAS/IFRS, devido à escassez de regulação contabilística do Luxemburgo em determinadas matérias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aisbitt, S. (2006). "Assessing the Effect on the Transition to IFRS: The Case of the FTSE 100". *Accounting in Europe*, Vol. 3, pp. 117-113.

BDO, Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, Grant Thornton, KPMG, and PricewaterhouseCoopers (2000). *GAAP 2000 - A Survey of National Accounting Rules in 53 Countries*. C. W. Nobles (Ed.), Obtido em 8 de Maio de 2009, [<http://www.iasplus.com/resource/gaap2000.pdf>]

Benson *et al.* (2002). *A Brief History, Cultural Heritage and Financial Reporting*, Acedido em 15 de Março de 2008, em: http://international.tamu.edu/eunotes/Vol1_Issue3c.doc.

Callao, S., J.I. Jarne. e J. A. Laínez (2007), "Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting", *Journal of Accounting Auditing and Taxations*, Vol. 16, n.º 2, pp. 148-178.

IFCC (2008). *Informations Financières Modifications Récentes et Évolutions Attendues*, Obtido em 8 de Maio de 2009, de Kluwer: [www.kluwer.lu/lu/pdf/kluwer_200508_fr_projection.pdf]

Jermakowikz, E. K. (2004). Effects of Adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: The Evidence from BEL-20 Companies. *Accounting in Europe* , 1 , 51-70.

Lopes, P. T. e Viana, R. (2008), “The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed Companies”. *Working Papers*, N.º 285 . Faculdade de Economia do Porto.

Mazars. (2005). *Enquête IAS - IFRS 2005 - IFRS Standards Belgium and Luxembourg: An Early but Forced Conversion*. Obtido em 27 de Junho de 2008, de Mazars: [www.mazars.com/fr/news/ias_ifrs_dossier.php]

Neves J.C. (2007). *Análise Financeira – Técnicas Fundamentais*. Lisboa: Texto Editores.